



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO –
UEMASUL – CAMPUS IMPERATRIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS – CCHSL
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO

JONATAS ANTÔNIO GONÇALVES DE ALBUQUERQUE

**OS IMPACTOS DO ENDIVIDAMENTO NO ORÇAMENTO FAMILIAR:
Uma análise sobre educação financeira e orçamento doméstico**

Imperatriz
2026



JONATAS ANTÔNIO GONÇALVES DE ALBUQUERQUE

**OS IMPACTOS DO ENDIVIDAMENTO NO ORÇAMENTO FAMILIAR:
Uma análise sobre educação financeira e orçamento doméstico**

Artigo apresentado ao Curso de Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão / Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Edney Loiola

Imperatriz
2026

A345i

Albuquerque, Jonatas Antônio Gonçalves de

Os impactos do endividamento no orçamento familiar: Uma análise sobre educação financeira e orçamento doméstico. / Jonatas Antônio Gonçalves de Albuquerque. – Imperatriz, MA, 2026.

31 f. ; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Educação financeira. 2. Endividamento. 3. Orçamento familiar. 4. Crédito. I. Título.

CDU 658

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza – CRB: 13/955**




JONATAS ANTÔNIO GONÇALVES DE ALBUQUERQUE

**OS IMPACTOS DO ENDIVIDAMENTO NO ORÇAMENTO FAMILIAR:
Uma análise sobre educação financeira e orçamento doméstico**


Artigo apresentado ao Curso de Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão / Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 10/06/2026


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **EDNEY LOIOLA**
Data: 22/06/2026 10:17:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edney Loiola – (Orientador)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Documento assinado digitalmente
 **HOSANNAH MARCIA ALVES BANDEIRA**
Data: 23/06/2026 09:27:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Hosannah Márcia Alves Bandeira – (Membro)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Documento assinado digitalmente
 **JOEL GOUVEA DE OLIVEIRA**
Data: 23/06/2026 16:05:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Joel Gouvea de Oliveira – (Membro)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos do endividamento no orçamento familiar, investigando os fatores macroeconômicos e comportamentais que induzem ao superendividamento. A pesquisa caracteriza-se como quantitativa e descritiva, utilizando levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online e presencial, com uma amostra de 392 habitantes do município de Imperatriz, no Maranhão. Os resultados revelam que a deficiência em letramento financeiro, combinada com a compressão do poder de compra pela inflação e juros altos, transforma o crédito em um mecanismo de sobrevivência. Foi observado que o uso do cartão de crédito e a ocorrência de gastos emergenciais são os principais vetores da inadimplência na amostra estudada. Os resultados demonstram que o alto nível de endividamento vai além de escolhas individuais, sendo reflexo também de vulnerabilidades estruturais e demográficas. É evidente a necessidade efetiva de políticas públicas, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira, para fornecer ferramentas cognitivas que permitam a tomada de decisão consciente.

Palavras-chave: Educação Financeira; Endividamento; Orçamento Familiar; Crédito.



ABSTRACT

This study aims to analyze the impacts of debt on family budgets, investigating the macroeconomic and behavioral factors that lead to over-indebtedness. The research is characterized as quantitative and descriptive, using bibliographic research and field research. Data collection was carried out through an online and in-person questionnaire, with a sample of 392 inhabitants of the municipality of Imperatriz, in Maranhão. The results reveal that deficiencies in financial literacy, combined with the compression of purchasing power by inflation and high interest rates, transform credit into a survival mechanism. It was observed that the use of credit cards and the occurrence of emergency expenses are the main drivers of default in the studied sample. The results demonstrate that the high level of indebtedness goes beyond individual choices, also reflecting structural and demographic vulnerabilities. The effective need for public policies, such as the National Financial Education Strategy, to provide cognitive tools that allow for conscious decision-making is evident.

Keywords: Financial Education; Indebtedness; Family Budget; Credit.



1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 Definindo orçamento doméstico.....	10
2.2 Deficiência de letramento e uso distorcido do crédito.....	11
2.3 Consequências do cenário macroeconômico nos gastos da renda.....	14
2.4 Transformação demográfica: a inversão da pirâmide etária brasileira.....	16
2.5 A Estratégia Nacional de Educação Financeira.....	18
3. METODOLOGIA.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
4.1 Composição dos lares entrevistados.....	23
4.2 Renda familiar mensal.....	24
4.3 Forma de aquisição de dívida.....	25
4.4 Motivos para não quitar dívidas.....	26
4.5 Controle de gastos.....	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

De maneira frequente a população brasileira se vê dependente de formas para aquisição de crédito, complemento de renda, meios para quitar dívidas ou adquirir bens. Porém, o que parece ser um momento de alívio financeiro, logo vira um problema que afeta a renda familiar, em especial quando não se tem planejamento ou controle sobre a aquisição.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC,2026) aponta que o grau de endividamento da população continua atingindo níveis históricos a cada novo ciclo, atingindo 80,4% das famílias em março de 2026. Esses dados, cada vez maiores, evidenciam falhas na economia doméstica e crise na saúde financeira das famílias, uma vez que estas são mais dependentes de cartões de crédito, empréstimos, crediários ou financiamentos.

A análise do cenário micro, observando hábitos de consumo, gastos e formas de economizar, ou do macro, como o cenário econômico, político e legislativo, permitem averiguar e entender os fatores que induzem o público consumidor a recorrer aos escapes que o mercado de crédito tem a oferecer, mas que comprometem o sustento seu e dos familiares levando ao atual grau de endividamento dos brasileiros.

Entende-se endividamento como dívidas em aberto, sejam estas para a pessoa física ou jurídica. O termo abrange dívidas de cartão de crédito, empréstimos, carnês de loja, financiamentos, cheques pré-datados, consignados, prestações de imóveis e veículos (CNC, 2026).

Donadío et al (2012) correlacionam a crise econômica de 2008 - ocasionada pela ruptura no mercado imobiliário dos Estados Unidos e que rapidamente se estendeu ao mundo - ao endividamento da população. Essa relação se deve pela falta de alfabetização geral, letramento financeiro, baixa renda e ausência de garantias para empréstimos às camadas sociais que tiveram fácil acesso a financiamentos bancários.

Este mesmo cenário de endividamento no Brasil traz o questionamento a respeito da baixa alfabetização financeira, tornando a população propensa a adquirir dívidas das quais pode não ser capaz de quitar. Lusardi (2019) trata que,

em um ambiente onde há baixo discernimento sobre este assunto, o indivíduo se torna propenso a incorrer em dívidas de alto custo por não saber avaliar propostas e condições.

Segundo Huston (2010), alfabetização financeira é vista comumente como sinônimo de educação e conhecimento e, entre autores da área, não há muita divergência entre os termos, especialmente porque não há métodos padronizados para mensurar ou avaliar o assunto e suas abordagens.

O termo tem uso frequente em questões que tratam da análise sobre finanças, seus gastos e utilização dos mesmos para elaboração de dados estatísticos. Entretanto, Huston enfatiza ainda a escassez de estudos específicos sobre métodos para medição e elaboração de táticas eficientes de letramento financeiro.

Em vista dessa ausência de conhecimento e cenários frequentes de cidadãos cada vez mais inadimplentes, governos do mundo elaboraram suas próprias táticas para ampliar a propagação e conscientização de seus habitantes a respeito de práticas responsáveis de gestão patrimonial e finanças. O Brasil, por exemplo, criou através do Decreto 7397/2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, um plano elaborado sob orientação do CONEF "...com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores." (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, o seguinte estudo tem por objetivo analisar aspectos macroeconômicos que induzam o cenário de endividamento como as táticas adotadas pela população para controle de suas finanças, gastos de renda, políticas públicas para redução do cenário e traços que influenciam em modificações sociais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O crescimento da inadimplência não é um evento isolado, mas sim o reflexo de uma engrenagem que envolve vulnerabilidades individuais e pressões estruturais. Para desdobrar essa dinâmica, as próximas seções detalham os principais fatores que levam ao superendividamento. Inicialmente, discute-se como a ausência de letramento financeiro contribui para o uso distorcido do crédito. Em seguida, a análise se volta para o ambiente externo, evidenciando como as atuais políticas monetárias e o cenário econômico apertam o orçamento das famílias.

2.1 Definindo orçamento doméstico

A gestão de finanças pessoais é um tema crescente nos últimos anos, especialmente após a implementação do Plano Real, que trouxe estabilidade para a moeda nacional. Dessa forma, o planejamento financeiro precisa ser idealizado para prazos mais longos, sendo possível prever os proventos futuros (SOUSA E TORRALVO, 2003).

O orçamento familiar é a principal ferramenta prática para o exercício da educação financeira. No Brasil, a percepção histórica sobre o controle financeiro era voltada quase exclusivamente para o acúmulo de capital das classes mais abastadas, ignorando muitas vezes o planejamento orçamentário diário das famílias comuns. A inclusão da educação financeira como uma prática estruturada permite que o cidadão desenvolva ferramentas cognitivas essenciais para avaliar riscos e planejar o orçamento a longo prazo. Dessa forma, o indivíduo consegue romper com comportamentos enraizados e ganha autonomia para gerir seus recursos em um mercado de crédito cada vez mais complexo.

Estruturalmente, o orçamento doméstico é o instrumento contábil que mapeia o fluxo de caixa da família, sendo composto por três pilares: receitas, despesas e saldo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013). As receitas englobam todas as entradas de capital, como salários líquidos, rendas extras e benefícios. As despesas constituem as saídas e devem ser categorizadas em *despesas fixas*: gastos inadiáveis e regulares que independem do consumo, como moradia e mensalidades; *despesas variáveis*: gastos essenciais que oscilam mensalmente, como alimentação e energia elétrica; e *despesas eventuais ou supérfluas*: gastos

esporádicos e de lazer. O cruzamento dessas informações gera o saldo orçamentário, que aponta a capacidade de poupança da casa ou a necessidade urgente de cortar gastos para evitar déficits sistêmicos.

A ineficiência ou a total ausência do mapeamento desses componentes orçamentários resulta frequentemente no uso distorcido do crédito e no endividamento crônico. Sem o letramento e o controle necessários sobre o fluxo de caixa, os indivíduos passam a utilizar ferramentas rotativas, a exemplo do limite do cartão de crédito, para financiar despesas correntes básicas de supermercado. A facilidade de acesso a esse "dinheiro de plástico" atua como um facilitador do comportamento impulsivo, pois reduz a dor psicológica do gasto e insere as famílias em um ciclo de rolagem de dívidas impulsionado por juros compostos que rapidamente se torna impagável.

O controle rigoroso do orçamento doméstico torna-se ainda mais vital como mecanismo de defesa diante das pressões do cenário macroeconômico. Em contextos de instabilidade, variáveis como a inflação exercem influência direta na capacidade de pagamento das famílias, corroendo o poder de compra e encarecendo substancialmente o custo de vida básico. Nesse panorama adverso, a parcela da renda que deveria ser destinada à poupança dentro de um orçamento equilibrado passa a ser totalmente absorvida pelo consumo de itens essenciais.

2.2 Deficiência de letramento e uso distorcido do crédito

Para compreender o endividamento, é preciso analisar o comportamento financeiro do indivíduo e a capacidade de gerir os próprios recursos. Nesse contexto, surge então o conceito do letramento financeiro. De acordo com Huston (2010), o letramento financeiro não trata somente da habilidade de realizar cálculos matemáticos ou compreender termos econômicos; se trata de uma competência multidimensional que envolve o conhecimento financeiro aliado à confiança e à aplicação prática nas tomadas de decisão do cotidiano. Em outras palavras, uma pessoa financeiramente alfabetizada possui as ferramentas cognitivas necessárias para avaliar riscos, planejar o orçamento a longo prazo e resistir aos apelos de consumo imediato que comprometem sua estabilidade.

Contudo, a realidade do consumidor brasileiro é bem distante desse cenário ideal. A deficiência de letramento financeiro no Brasil possui raízes históricas e culturais profundas. Aguiar (2023) cita que, o conceito no país é relativamente novo, não tendo ainda um desenvolvimento bem estruturado. A autora ainda cita, de acordo com Araújo e Calife (2014), que a percepção sobre aconselhamento e educação financeira na década de 90 se reduzia a dicas de investimento de especialistas sobre produtos do mercado financeiro sendo estes de acesso às parcelas mais abastadas da população, com o ensino de aquisição de títulos bancários, públicos e ações. Contudo, tal conceito era excludente no que se refere a cidadãos com menor poder aquisitivo visto que não tinham condições de escolher investir e poupar, devido à corrosão diária do poder de compra da moeda, dificuldades de acesso ao crédito e necessidade de comprar itens necessários para sobreviver no dia a dia. Esse comportamento transmitido através das gerações resultou em uma sociedade onde o debate sobre planejamento financeiro familiar é praticamente inexistente, e o indivíduo entra na vida adulta sem base para lidar com um mercado de crédito cada vez mais sofisticado.

Portanto, é claro que o atraso ou a demora no tratamento mais aprofundado e específico da educação financeira tem relação direta com a histórica instabilidade econômica do país, que só foi resolvida com o advento do Plano Real em 1994. Essa instabilidade afetou de forma determinante a capacidade de planejamento dos brasileiros e minou por muitos anos qualquer tentativa de conceitos relacionados ao planejamento e gestão de orçamentos familiares ou domésticos. (ARAÚJO;CALIFE,2014; p.1-2)

Segundo Lusardi (2019), as pessoas assumem hoje responsabilidades cada vez maiores sobre suas próprias finanças, um cenário impulsionado por mudanças estruturais nos mercados de trabalho, aumento da expectativa de vida e pela crescente complexidade dos produtos financeiros disponíveis. A autora destaca que o letramento financeiro engloba não apenas o conhecimento técnico de conceitos e riscos econômicos, mas também as habilidades e a confiança necessárias para aplicar tais saberes em decisões que melhorem o bem-estar financeiro. A autora enfatiza que essa competência é alarmantemente baixa: apenas um terço da população mundial compreende conceitos matemáticos básicos do cotidiano, como juros compostos, inflação e diversificação de risco. Essa deficiência de conhecimento é generalizada, manifestando-se em níveis

críticos até mesmo em economias avançadas e com mercados financeiros bem estruturados.

É nesta escassez do saber que ocorre o uso distorcido do crédito. Quando o consumidor não possui uma base adequada de conhecimento, a percepção sobre o que é o crédito pode ser interpretada como extensão de renda e não como ferramenta para antecipar receita aos custos dos juros. O limite do cheque especial ou a margem do cartão de crédito são vistos como dinheiro disponível, criando uma falsa sensação de poder de compra que não condiz com a realidade salarial (Lusardi, 2019).

Dentre as modalidades de crédito disponíveis, o cartão de crédito destaca-se como uma das principais causas de endividamento no mercado brasileiro, atuando como um catalisador das deficiências de alfabetização financeira. Donadio, Campanario e Rangel (2012) evidenciam que a facilidade de acesso ao "dinheiro de plástico" e a ausência de atritos no momento da compra reduzem a dor psicológica de gastar. Sem o letramento necessário para compreender o efeito dos juros compostos embutidos no crédito rotativo — acionado quando há o pagamento apenas do valor mínimo da fatura —, o consumidor utiliza o cartão para financiar despesas correntes, como alimentação e contas básicas, entrando em um ciclo de rolagem de dívida que rapidamente se torna impagável.

A atitude do consumidor em relação ao endividamento tem forte influência de fatores psicológicos e de inserção social. Em sociedades pautadas pelo materialismo, a posse de bens de consumo duráveis e itens de status muitas vezes antecede a capacidade de pagamento. A ausência de letramento financeiro atua como um facilitador do comportamento impulsivo, pois o consumidor foca exclusivamente no valor da parcela mensal e ignora o custo efetivo total da operação, a taxa de juros embutida e o comprometimento da renda futura em caso de imprevistos, como perda de emprego ou despesas médicas inesperadas.

Esse distanciamento entre a capacidade real de pagamento e o estilo de vida financiado pelo crédito desenfreado são o que acarreta em superendividamento. Diferente do endividamento comum, que é planejado e administrável, o superendividamento ocorre quando o indivíduo de boa-fé perde a

capacidade de honrar a totalidade de suas dívidas vencidas e vincendas sem comprometer o seu mínimo existencial.

Portanto, a ausência de conhecimento financeiro adequado vem como gatilho inicial para o uso sem discernimento do mercado crédito. A incapacidade de compreender os custos do dinheiro no tempo combinado com comportamentos de consumo imediatistas transformam ferramentas que deveriam facilitar a vida do consumidor, como o cartão de crédito, em armadilhas financeiras. Contudo, o comportamento individual não atua sozinho no âmbito do endividamento.

Embora a falta de educação financeira seja um fator de grande peso, as escolhas do consumidor são fortemente pressionadas pelo ambiente ao seu redor. A compressão do poder de compra pela inflação e as oscilações nas taxas de juros são fatores externos que aceleram a transição do cenário de endividamento para a inadimplência.

2.3 Consequências do cenário macroeconômico nos gastos da renda

A análise do endividamento familiar não se restringe apenas pelo âmbito comportamental ou ao nível de letramento financeiro do indivíduo. Embora as decisões microeconômicas sejam o ponto de partida para a contratação de dívidas, essas escolhas estão subordinadas às condições do ambiente econômico do país. O cenário macroeconômico atua como um vetor que pode tanto facilitar o planejamento financeiro quanto asfixiar o orçamento doméstico. Variáveis como a inflação, a taxa de juros ou o nível de desemprego exercem pressão direta sobre a renda disponível das famílias, transformando, muitas vezes, o uso de ferramentas de alavancagem, para um mecanismo de sobrevivência.

Historicamente, a inflação desponta como o fator macroeconômico com o impacto mais corrosivo sobre o poder de compra da população, penalizando de forma assimétrica as classes de menor renda. Quando os índices inflacionários apresentam altas sucessivas, o custo de vida medido pelos preços de itens essenciais como alimentação, moradia, saúde e transporte, sobe em uma velocidade superior aos reajustes salariais. Leite Filho (2025) destaca que, em contextos de instabilidade econômica, as variáveis macroeconômicas exercem influência direta sobre a capacidade de pagamento das famílias. A parcela da renda que, em um cenário de estabilidade, poderia ser destinada à poupança ou à

amortização de dívidas contraídas no passado, passa a ser integralmente absorvida pelo consumo básico.

Como consequência direta dessa corrosão do poder de compra, observa-se uma mudança na natureza da dívida. As famílias passam a utilizar linhas de crédito de curtíssimo prazo e de alto custo, como o rotativo do cartão de crédito e o cheque especial, não para adquirir bens duráveis, mas para complementar a renda mensal e cobrir despesas de supermercado ou farmácia. Esse comportamento cria uma divergência entre o fluxo de caixa real do indivíduo e as obrigações financeiras, consolidando a primeira etapa do superendividamento impulsionado por fatores externos.

Em resposta às pressões inflacionárias, o Estado, por meio dos órgãos e comitês, adota tradicionalmente políticas monetárias contracionistas, elevando a taxa Selic com o objetivo de reduzir a circulação excessiva de moeda e conter o aumento dos preços e conter o aumento dos preços. Essa estratégia, porém, traz repercussões mais sérias para o orçamento familiar. A Selic funciona como o piso referencial para todas as taxas de juros praticadas pelo mercado brasileiro e a elevação da taxa reflete-se diretamente no encarecimento do custo do crédito ao consumidor final e na ampliação do *spread* bancário - a diferença entre o que o banco paga para captar dinheiro e o que ele cobra para emprestar. Para as famílias que já possuem dívidas pré-existentes ou que necessitam refinanciar, o encarecimento do crédito gera um efeito bola de neve, em que a dívida cresce a uma taxa que a renda não consegue acompanhar.

Além da inflação e dos juros, a dinâmica do mercado de trabalho é a variável que dita o limite da resiliência financeira das famílias. Ruberto et al. (2013), ao analisarem a influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento, denotam que a variação na taxa de desemprego atua como um choque de renda absoluto e muitas vezes imprevisível. Enquanto a inflação reduz a margem de manobra financeira de forma gradativa, o desemprego corta o fluxo de liquidez de forma abrupta.

No Brasil, onde a taxa de poupança preventiva é estruturalmente baixa, a perda do posto de trabalho formal empurra o indivíduo diretamente para a inadimplência. Sem reservas para honrar compromissos assumidos em períodos

de bonança econômica, o consumidor tem seu crédito negativado (SEHN; CARLINI JUNIOR, 2007).

É necessário observar, ainda, a divergência no aumento da oferta de crédito em contraponto à realidade da renda. Durante determinados ciclos econômicos, políticas de estímulo ao consumo promovem a facilitação intensa do crédito (aumento de limites, ampliação de prazos de financiamento) para manter o PIB aquecido. No entanto, quando essa injeção de crédito ocorre em um cenário de estagnação da renda real e sem o correspondente avanço na conscientização financeira da população, o resultado é a incubação de uma crise de inadimplência. O consumidor assume compromissos de longo prazo atrelados a uma expectativa de manutenção de renda que, diante de retrações econômicas, não acontece.

Em suma, as consequências do cenário macroeconômico sobre os gastos e a renda evidenciam que o alto nível de endividamento do brasileiro não é um produto exclusivo de escolhas irracionais ou impulsivas, mas também o sintoma de um ambiente econômico frequentemente hostil. A combinação simultânea de inflação corroendo salários, juros encarecendo o custo do dinheiro e oscilações no mercado de trabalho comprometendo a renda compõe o cenário ideal para uma degradação financeira. Contudo, essas pressões econômicas não incidem sobre a sociedade de forma homogênea. O impacto macroeconômico e a oferta de linhas de crédito variam drasticamente dependendo do perfil demográfico, o que torna fundamental analisar a atual transformação da pirâmide etária brasileira e como o envelhecimento da população está criando novas dinâmicas de endividamento.

2.4 Transformação demográfica: a inversão da pirâmide etária brasileira

A perspectiva do endividamento ainda pode ser analisada sob a ótica da atual transformação demográfica do país. Historicamente caracterizado como uma nação jovem, o Brasil vivencia hoje um processo acelerado de envelhecimento populacional e de inversão da sua pirâmide etária. Dados e projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) indicam um estreitamento da base da pirâmide acompanhado pelo alargamento do topo,

reflexo do aumento da expectativa de vida da população e diminuição da taxa de fecundidade (Miranda et al, 2016).

Essa transição demográfica, que ocorreu de forma mais demorada ao longo de séculos em países desenvolvidos, aconteceu no Brasil em poucas décadas, trazendo desafios à previdência, à economia familiar e ao mercado de crédito.

Esse novo perfil populacional alterou o papel social e econômico do idoso dentro do núcleo familiar. Camarano (2004) evidencia que, com a garantia e a estabilidade dos benefícios previdenciários, em contrapartida às crises econômicas que afetam a população em idade ativa, como o desemprego e a precarização do trabalho, a renda do aposentado deixou de ser destinada ao seu sustento e este assume a posição de chefe de família, tornando-se a principal ou a única fonte de segurança financeira do domicílio, arcando com as despesas básicas de filhos e netos desempregados ou subempregados.

Atento a esse fluxo de renda garantida e ininterrupta provida pela aposentadoria, o mercado financeiro redirecionou suas estratégias de concessão de crédito. O ponto central dessa mudança estrutural foi a consolidação do empréstimo consignado (regulamentado pela Lei nº 10.820/2003), modalidade na qual as parcelas da dívida são descontadas diretamente do benefício previdenciário. Por oferecer um risco de inadimplência praticamente nulo para as instituições financeiras — uma vez que o banco recebe o pagamento antes mesmo de o dinheiro ser destinado ao aposentado —, o consignado é comercializado com taxas de juros mais atrativas em comparação ao crédito pessoal convencional. Entretanto, a facilidade de aprovação e o assédio comercial por parte dos correspondentes bancários transformaram essa ferramenta em uma armadilha de liquidez para a terceira idade.

A intersecção entre a deficiência de letramento financeiro e a pressão exercida pelo sustento familiar cria o cenário para o agravamento do endividamento da terceira idade. De acordo com Doll e Cavallazzi (2013):

A razão mais frequente para contratar um crédito consignado foi para ajudar algum familiar. Por um lado é compreensível que frente aos juros altos parece bem razoável pedir aos pais ou avós de fazerem um crédito consignado com juros menores. Quando o familiar para quem o aposentado fez o empréstimo devolve o dinheiro, não há problema. Mas o fato é que – frente ao banco – somente a pessoa idosa que fez o crédito carrega a responsabilidade de quitar a dívida. Quando o familiar

não consegue devolver o dinheiro, seja por questões de desemprego ou outras razões, a responsabilidade da dívida fica exclusivamente para a pessoa idosa. Um outro ponto problemático deste empréstimo para outras pessoas é que abre a porta para uma violência, que cresceu muito nos últimos tempos: a violência financeira contra a pessoa idosa.(Doll;Cavallazzi, 2016, p.13)

Ao ter sua renda previdenciária comprometida no limite permitido por lei ou, muitas vezes, ultrapassando esse teto ao considerar uso de cartões de crédito ou empréstimos pessoais em correspondentes bancários, o idoso se vê incapacitado de prover suas necessidades mais elementares. Como Costa e Teixeira (2024) apontam “[...]a única fonte de renda para sustento da pessoa idosa e de sua família, quando esse valor vem permeado pelo desconto de empréstimos consignados, tem-se uma situação de exposição à extrema vulnerabilidade, inclusive, de insegurança alimentar.”

O superendividamento nessa etapa da vida força a abdicação da compra de medicamentos de uso contínuo, a precarização da alimentação e o abandono de planos de saúde para dar lugar ao pagamento de juros bancários. Fica evidente, portanto, que o endividamento atrelado à transformação demográfica ultrapassa a barreira da matemática financeira, consolidando-se como problema de saúde pública e de violação da dignidade humana, o que demanda respostas institucionais robustas por parte do Estado.

2.5 A Estratégia Nacional de Educação Financeira

Diante do complexo cenário de vulnerabilidade exposto, a intervenção do Estado é um fator que não pode ser deixado de fora. É evidente que somente a regulação das instituições de crédito não seria suficiente para proteger o consumidor; era preciso atuar na raiz do problema: a formação do comportamento financeiro do cidadão. Como uma das respostas a essa falha estrutural que surge a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída inicialmente pelo Decreto Federal nº 7.397/2010.

A ENEF representa o maior esforço coordenado do Estado, em parceria com os órgãos reguladores do Sistema Financeiro Nacional (como o Banco Central, a CVM e a Susep) e entidades da sociedade civil, para promover a educação financeira, securitária e previdenciária no país.

A ENEF é inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE em 2005, adaptado para a realidade brasileira: “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (CONEF, 2010)

O objetivo central da Estratégia não é formar especialistas em mercado de capitais, mas democratizar o acesso a informações financeiras de forma gratuita, imparcial e isenta de interesses comerciais. A meta é fornecer as ferramentas cognitivas necessárias para que o cidadão comum compreenda o valor do dinheiro no tempo, saiba estruturar o próprio orçamento, consiga formar uma poupança preventiva e, principalmente, tome decisões de contratação de crédito de maneira consciente e autônoma, rompendo de forma definitiva com o ciclo do superendividamento.

As diretrizes metodológicas da ENEF reconhecem que a mudança de um paradigma comportamental exige atuação em múltiplas frentes. Por isso, a Estratégia foi planejada dividindo-se entre o público em idade escolar (crianças e adolescentes) e o público adulto (com foco especial em grupos vulneráveis, como mulheres de baixa renda e aposentados). No âmbito da educação básica, o maior legado advindo dos debates fomentados pela ENEF foi a recente inclusão da Educação Financeira como um tema transversal contemporâneo e obrigatório na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa inclusão visa garantir que as futuras gerações tenham contato prático com o planejamento orçamentário dentro da sala de aula, reduzindo as assimetrias de informação antes mesmo que esses jovens ingressem no mercado de trabalho e no mercado de crédito.

Entretanto, a implementação prática das diretrizes da ENEF esbarra em desafios monumentais. A efetividade das políticas de educação financeira é frequentemente mitigada pelas urgências impostas pelo próprio cenário econômico. Torna-se um desafio pedagógico ensinar a importância da poupança e do planejamento de longo prazo para famílias cuja renda total mal é suficiente para cobrir as despesas do mês, devido ao achatamento salarial e à inflação. A iniciativa estatal atua em desvantagem ao concorrer diariamente contra o apelo

do marketing maciço do setor varejista e financeiro, que estimula o consumo hiperativo e a banalização do crédito rápido.

Além do mais, a simples iniciativa do Estado não é garantia de funcionalidade. Em recente pesquisa, o Plano Diretor da ENEF (2026), aponta que os níveis de conhecimento financeiro da população continuam baixos, em similaridade a países desenvolvidos. Dos entrevistados, mesmo com níveis altos de “aperto” financeiro, 52% ainda se consideram pessoas poupadoras, e 69% têm controle sobre seus gastos de forma estruturada através de planilhas.

De certa forma, isso pode ser visto como um avanço na conscientização dos brasileiros sobre responsabilidade financeira, ainda que a duras custas, embora esse feito tenha menos efeito sobre as parcelas menos privilegiadas da população, como as classes C e D. Estas são apontadas como mais afetadas pela ausência de orientação quanto às suas despesas como, por exemplo, preferindo pagar mais parcelas de dívidas a custos menores embutidos de juros, recorrendo por vezes a “pedir o nome emprestado a alguém” em situações de inadimplência.

A despeito dos diversos obstáculos sociodemográficos, a Estratégia Nacional de Educação Financeira ainda é o principal instrumento de política pública para o combate estrutural à inadimplência e ao endividamento. Ao focar na prevenção e no fortalecimento do letramento, o programa busca um reequilíbrio de forças entre as instituições credoras e os consumidores. Através da emancipação educacional proposta pela ENEF será possível orientar a sociedade para que o crédito retome a sua função econômica de atuar como uma alavanca propulsora para o desenvolvimento pessoal e a melhoria da qualidade de vida, deixando de ser um dos principais vetores da exclusão social no Brasil.

3. METODOLOGIA

O propósito deste trabalho é averiguar causas de endividamento na população, a partir de uma análise sobre fatores intrínsecos como o grau de conhecimento e controle sobre finanças pessoais, ou externos, como o ambiente macroeconômico, por meio das variáveis que não podem ser controladas pelo indivíduo.

Para isso, a pesquisa se deu por uma abordagem quantitativa, que busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com um número significativo de casos, recomendando um curso final da ação (Oliveira, 2011).

Para buscar um melhor nível de conhecimento, foi realizada pesquisa bibliográfica que, segundo Koche (2016, p. 123), se desenvolve tentando explicar um problema utilizando conhecimentos disponíveis em livros ou obras congêneres. Conta ainda com uma pesquisa documental, dispendo de dados prontos direto da fonte, sem que haja erro ou análise precipitada, como pode ocorrer na bibliográfica (MENEZES et al; 2019).

Para obtenção de dados para análise se realizou uma pesquisa descritiva, utilizada para fazer um levantamento de características similares em um grupo definido ou relacionar determinadas variáveis (Menezes et al;2019).

A área de estudo refere-se à cidade de Imperatriz, cujo público alvo foi a população, estimada em 285.146 habitantes (IBGE, 2024), onde foram coletadas 392 respostas, considerando o nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, de acordo com cálculo de tamanho amostral para população finita, definido por:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p(1-p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1-p) \cdot e^2 \cdot (N-1)}$$

Onde:

- n = Tamanho da amostra.
- N = Tamanho da população: 285.146.
- Z = Nível de confiança. Para 95%, o valor tabelado é 1,96.
- p = Proporção esperada. Como não sabemos previamente como a população vai responder, usamos a proporção máxima de heterogeneidade, que é 50% ou 0,5.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário estruturado, elaborado pelo pesquisador com questões fechadas, aplicado de forma online através da plataforma Google Forms, com divulgação do link em mídias sociais, QR Codes e abordagens presenciais entre os meses de outubro de 2025 e março de 2026.

O tratamento de dados foi realizado pela própria plataforma do Google Forms, que elabora os gráficos e tabula respostas automaticamente. A análise de dados segue a estatística descritiva, com objetivo de resumir e apresentar as principais características da amostra e das variáveis. Os resultados serão apresentados na forma de gráficos, utilizando as frequências relativas e absolutas geradas pela plataforma permitindo interpretação com base na fundamentação teórica apresentada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão apresentados os dados coletados em pesquisa de campo e sua devida análise em relação ao conteúdo apresentado no decorrer deste projeto. A pesquisa não levou em consideração fatores como gênero ou idade devido seu foco em renda e questões envolvendo a renda familiar como um todo, assim como o meio de controle de gastos.

4.1 Composição dos lares entrevistados

Quadro 1 Quantas pessoas moram em sua residência, incluindo você?

Quantidade de moradores	Número de respostas	Porcentagem
1 pessoa	27	6,80%
2 a 3 pessoas	200	51,10%
4 ou mais pessoas	165	42,00%
Total	392	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, 2026

A tabela 1 apresenta os dados de composição das famílias/lares entrevistados. Percebe-se predominância de famílias médias (51,1%), nas quais é possível haver melhor percepção e distribuição de renda. As famílias de 4 ou mais moradores, classificadas como grande porte neste caso, se encontram em segundo lugar, sendo um grupo que exige maior atenção quanto à distribuição de renda e suscetível a vulnerabilidade de pressões financeiras, como maior necessidade do uso de cartão de crédito para suprir demandas de subsistência, principalmente em casos onde apenas um dos moradores seja contribuinte ou seja o maior contribuinte de renda.

4.2 Renda familiar mensal

Quadro 2 Qual a renda mensal de sua residência?

Faixa de Renda	Número de respostas	Porcentagem
Menos de 1 salário mínimo	4	1,10%
Entre 1 e 2 salários mínimos	62	15,90%
Entre 2 e 3 salários mínimos	130	33,00%
Entre 3 e 4 salários mínimos	116	29,50%
Acima de 4 salários mínimos	80	20,50%
Total	392	100,00%

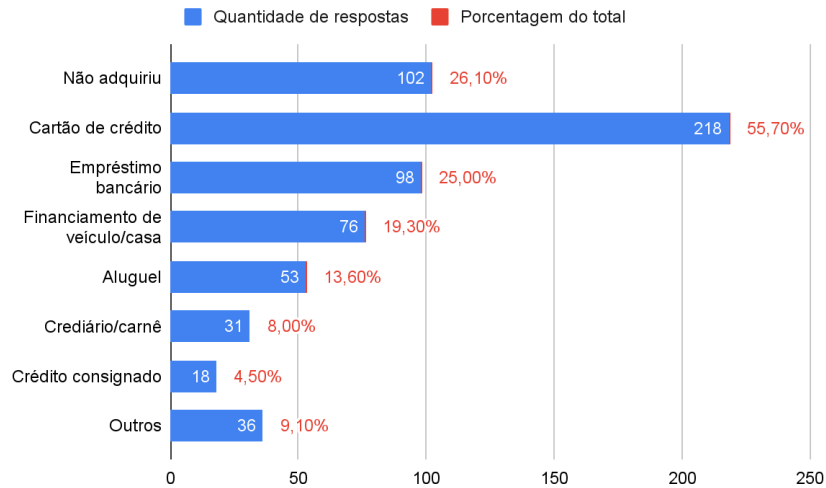
Fonte: elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, 2026

A tabela 2 apresenta os dados de renda mensal baseado no valor do salário mínimo (variando entre R\$1518,00 em 2025 - data inicial da coleta de dados - e R\$1621 em 2026 - data final da coleta). Cerca de 50% (196 respostas) dos entrevistados declararam viver com renda de até 3 salários mínimos e 29,5%(116 respostas) vivem com renda entre 3 e 4 salários.

Considerando que 93,10% das famílias possuem dois ou mais moradores, a renda concentrada entre 1 e 4 salários mínimos (79,50% da amostra) traduz-se em um poder de compra severamente comprimido. Essa dinâmica sugere que, para grande parte da população pesquisada, o crédito atua primariamente como um mecanismo de sobrevivência.

4.3 Forma de aquisição de dívida

Gráfico 1 Nos últimos meses, você ou algum membro da sua família adquiriu alguma forma de endividamento listado abaixo?



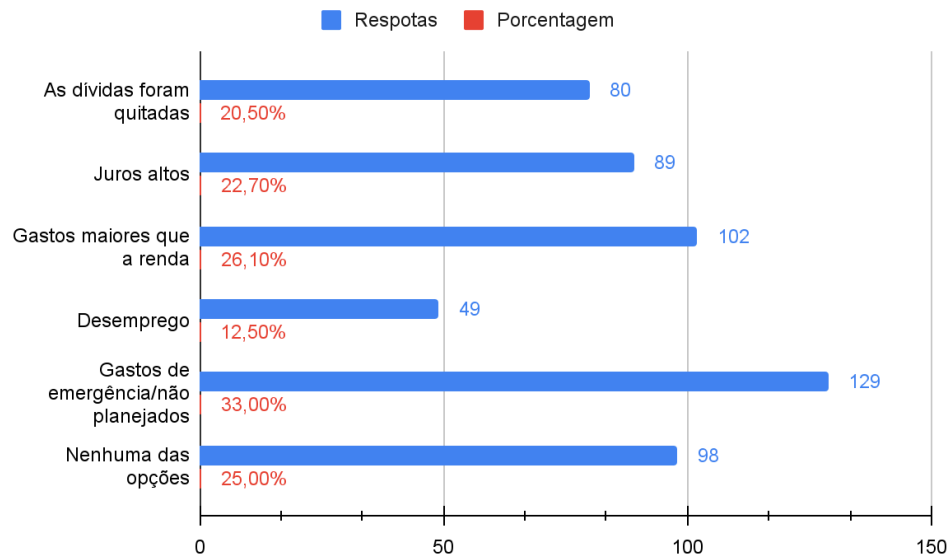
Fonte: elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, 2026

O gráfico 1 traz os dados sobre quais aquisições de dívida foram feitas pelos entrevistados e/ou seus familiares. A pergunta permitia mais de uma resposta, portanto os valores ultrapassam a quantidade de entrevistados. É perceptível como o cartão de crédito é o item com valores mais altos, ultrapassado o dobro do segundo lugar (empréstimos bancários).

Os principais resultados contabilizam produtos do mercado com maior influência de flutuações da taxa de juros. Quando combinados com a distribuição irregular de renda dentro dos lares, pode-se ver que a listagem compreende itens que levam cerca de 75% da população pesquisada a depender de crédito de alto custo para sua subsistência.

4.4 Motivos para não quitar dívidas

Gráfico 2 Por qual motivo você ou algum membro de sua família não conseguiu quitar a dívida em questão?



Fonte: elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, 2026

O gráfico 2 traz dados sobre os motivos que podem ter levado as famílias a não poder arcar com as dívidas totalmente, seja postergando aos custos de juros e multa por atraso ou pagando o valor mínimo necessário.

A forte presença de respostas em ‘Gastos de emergência/não planejados’ e ‘Gastos maiores que a renda’ permite a análise sobre uma c O comprometimento com gastos de emergência reforça a ideia de que não há uma cultura de poupar, ou até mesmo a impossibilidade de poupar, levando em consideração instabilidades do mercado - como apontado por 12,5% dos entrevistados que responderam ‘Desemprego’ - e o custo de vida.

Já os gastos maiores que a renda reforçam que o endividamento é, em grande parte, um déficit estrutural do orçamento familiar, onde o consumo básico excede a capacidade de pagamento. Isso ocorre tipicamente em famílias que utilizam o crédito como mecanismo de sobrevivência, ou sob influência da cultura de consumo que não é sustentado pela sua renda real.

O terceiro maior motivo, ‘Juros altos’, já traz ligação direta do cenário macro com a realidade dos lares. Isso sugere que, inicialmente, o valor da dívida poderia ser administrado mas o custo do dinheiro motivado pela Selic, ocasionou

um efeito bola de neve extrapolando o orçamento que poderia, inicialmente, estar destinado aos gastos apontados.

4.5 Controle de gastos

Quadro 3: Como você ou sua família fazem controle dos gastos/renda?

Método de controle	Número de respostas	Porcentagem
Anotação em agenda/caderno	192	48,9%
Controle em planilha	94	23,9%
Não há controle	106	27,2%
Total	392	100%

Fonte: elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, 2026

A tabela 4 traz, por fim, informações sobre a forma adotada para administrar as despesas. A presença forte de anotações manuais de gastos, embora represente um progresso sobre a consciência de registrar despesas, ainda não é ideal por sua suscetibilidade a erros, omissões e uma visão menos sólida no âmbito geral.

A ausência de um controle, 27,2% da população amostral, pode demonstrar relação direta com pontos anteriores, como a parcela que vive com rendas menores ou que têm gastos maiores do que a renda média condiz. Dessa forma, essa parte da população tem menos propensão a fazer gastos planejados ou tomar decisões conscientes.

A menor relação dos dados, demonstrado por pessoas que realizam seu controle de uma maneira mais estruturada ao utilizar planilhas, traz o questionamento do motivo que sejam poucas a fazer o uso. Uma vez que a ferramenta permite estruturar, organizar e tabular dados, cálculo de juros e afins, é entendível que seu uso requer um grau maior de instrução e comprometimento - o que levanta questões sobre como ensinar e como aprender a manusear as tecnologias, tornando isso um ponto a ser tratado pela alfabetização financeira da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou como o endividamento no Brasil é resultado de uma combinação entre a deficiência de letramento financeiro e as variáveis macroeconômicas. A facilidade de acesso ao crédito, em especial quando vem desacompanhada do discernimento para avaliação de riscos que o mercado pode trazer, não é mais um meio de alavancagem mas armadilha que desgasta o orçamento doméstico. A inabilidade de realizar planejamento financeiro expõe as famílias a um ciclo contínuo de tomada de dívidas para suprir o consumo básico, um comportamento enraizado no imediatismo histórico do país.

Os resultados da pesquisa de campo mostraram uma alta dependência do cartão de crédito e uma incidência expressiva de endividamento motivado por gastos emergenciais e despesas superiores à renda real. Adiciona-se o fato de a renda mensal não ser o suficiente para o sustento, evidenciado pela forte presença de famílias médias e salários que não suprem a necessidade - considerando que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos calcula que o salário mínimo necessário para sustento deveria ser cerca de 7 vezes superior ao valor atual (DIEESE, 2026) e que o custo de cesta básica de alimentos compreende entre 40% e 60% da renda.

Também os métodos de controle de finanças são predominantemente manuais e sem grande qualificação técnica, confirmando que a gestão doméstica carece de amparo tecnológico e educacional para remediar a inadimplência.

Conclui-se, portanto, que a resolução dessa crise orçamentária exige intervenções institucionais que estão acima do cidadão comum. O Estado, como regulador máximo, precisa de políticas públicas capazes de emancipar o cidadão, promovendo o ensino de competências financeiras desde a educação básica, não se restringindo apenas ao conceito do conhecimento financeiro, mas também à sua real utilidade e aplicação no cotidiano.

Para a Administração, compreender a dinâmica do endividamento é vital não apenas pelo seu aspecto técnico, mas também social. Romper esse ciclo exige transformar o acesso à informação em mudança de comportamento, devolvendo ao indivíduo a capacidade de gerir seus recursos de forma autônoma e reequilibrando as forças entre a sociedade civil e o sistema financeiro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. G. R. **Importância da educação financeira no sistema educacional para a formação de adultos financeiramente conscientes**. TCC (Graduação em Administração) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 51, 2023. Disponível em: <https://itr.ufrjr.br/portal/wp-content/uploads/2023/09/sofia-da-gama.pdf>. Acesso em 10 mai. 2026

ARAÚJO, G.; CALIFE, F. **A história não contada da educação financeira no Brasil**. São Paulo: Boa Vista Serviços, 2014. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-história-não-contada-da-educação-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2026

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 13. jun. 2026

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 24 out. 2025

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf. Acesso em: 11 abr. 2026

Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) - março de 2026**. Rio de Janeiro: CNC, 2026. Disponível em: https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-marco-de-2026/. Acesso em: 15 mar. 2026

CONEF. **Plano Diretor da ENEF - Anexos**. Brasília, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/plano-diretor-enef-anexos-atualizado_compressed.pdf/view. Acesso em: 18 jan. 2026

COSTA, G. R.; TEIXEIRA, S. M. **Tentáculos do capital via empréstimos consignados: financeirização e violação de direitos da pessoa idosa**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 147, e-6628379, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/9c9NDXDPbTRzDWN7hVxRhDn/?lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2026

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Análise mensal de cesta básica de alimentos**. São Paulo, 2026. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2026/202604cestabasica.html>. Acesso em: 13 mai. 2026

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário.** São Paulo, 2026. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 13 mai. 2026

DOLL, J.; CAVALLAZZI, R. L. **Crédito consignado e o superendividamento dos idosos.** Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 107, p. 309-342, 2016. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCons_n.107.11.PDF. Acesso em: 07 mar. 2026

DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. A.; RANGEL, A. S. **O Papel do da Alfabetização Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros.** REMark - Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12510>. Acesso em 07 mar. 2026.

HUSTON, S. J. **Measuring Financial Literacy.** *Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>. Acesso em: 22 fev. 2026

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da População.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: 18 jan. 2026

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54223/epub/121?code=T+AfWQAw45aeir2DtqUBSLA5X7r+tVxCZChoewl71bPrrLibSFEdq8oO9o+o4/9xB8oSwBCHDZ9KIWqNS3chMQ==>. Acesso em: 16 nov 2025. Acesso em: 13 nov. 2025.

LEITE FILHO, G. A. **Fatores Macroeconômicos e sua Influência na Inadimplência das Pessoas Físicas.** *Revista FSA*, Teresina, v. 22, n. 5, p. 58-75, mai. 2025. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/3129>. Acesso em: 25 fev. 2026

LUSARDI, Annamaria. **Financial literacy and the need for financial education: Evidence and implications.** *Swiss Journal of Economics and Statistics* 2019 Vol. 155 Issue 1. Stanford, 2019. Disponível em: <https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/publications/financial-literacy-need-financial-education-evidence-implications>. Acesso em: 18 mar. 2026

MENEZES, A. H. N. et al. **Metodologia científica teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina. UNIVASF. 2019. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-publica-livro-digital-sobre-metodologia-cientifica-voltada-para-educacao-a-distancia/livro-de-metodologia-cientifica.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. da C. G.; SILVA, A. L. A. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 507-519, maio/jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?lang=en>. Acesso em: 30 mar. 2026

OLIVEIRA, Maxwell F. da. **Manual de metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão. UFG. 2011. 72p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 13 nov. 2025.

RUBERTO, I. V. G. et al. **A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período 2005 - 2012**. *Revista Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 58-77, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/cepe/article/view/3328>. Acesso em: 30 mar. 2026

SEHN, C. F.; CARLINI JUNIOR, R. J. Inadimplência no Sistema Financeiro de Habitação. **Revista de Administração Mackenzie (RAM)**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/tW8TTtjhmNM8t4d959k6mbJ/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2026

SOUZA, A. F.; TORRALVO, C. F. **A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD), 7., 2004, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: FEA-USP, 2004. Disponível em: https://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN01-_A_gest%E3o_dos_pr%F3prios_recursos.PDF. Acesso em: 15 jun. 2026